

4ª EDIÇÃO

RAFAEL DE LAZARI

manual de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
2020

ATUALIZADO CONFORME AS PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS, DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS. ESTA EDIÇÃO CONTÉM (DENTRE OUTROS ASSUNTOS):

- Criminalização da homofobia e da transfobia pelo STF
- Impossibilidade de prisão automática após decisão condenatória de segunda instância
- Principais teses de repercussão geral firmadas em 2019
- Reforma da Previdência (EC nº 103/2019)
- Criação da Polícia Penal (EC nº 104/2019)
- Aprofundamentos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
- Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019)
- “Pacote Anticrime” (Lei nº 13.964/2019)

manual de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
2020

RAFAEL DE LAZARI

manual de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
2020

4ª EDIÇÃO





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2017, D'Plácido Editora.
Copyright © 2017, Rafael De Lazari.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes
Editor Tales Leon de Marco
Produtora Editorial Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico Leticia Robini
Diagramação Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

LAZARI, Rafael de.
Manual de direito constitucional. --4.ed.-- Belo Horizonte: Editora D'Plácido,
2020.
1400 p.
ISBN: 978-65-5059-086-4
1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD342

CDU340

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Seigneur, faites de moi un instrument de votre paix.

Là où il y a de la haine, que je mette l'amour.

Là où il y a l'offense, que je mette le pardon.

Là où il y a la discorde, que je mette l'union.

Là où il y a l'erreur, que je mette la vérité.

Là où il y a le doute, que je mette la foi.

Là où il y a le désespoir, que je mette l'espérance.

Là où il y a les ténèbres, que je mette votre lumière.

Là où il y a la tristesse, que je mette la joie.

Ô Maître, que je ne cherche pas tant à être consolé qu'à consoler, à être compris qu'à comprendre, à être aimé qu'à aimer, car c'est en donnant qu'on reçoit, c'est en s'oubliant qu'on trouve, c'est en pardonnant qu'on est pardonné, c'est en mourant qu'on ressuscite à l'éternelle vie (Oração de São Francisco).

*Nada te perturbe, nada te amedronte. Tudo passa, só Deus não muda.
A paciência tudo alcança. Quem a Deus tem nada lhe falta. Só Deus basta
(Santa Tereza D'Ávila).*

Dedico este trabalho, com todo meu amor, aos meus pais, Nedécio de Lazari e Soraya Maria Santarém Nadim de Lazari, e a minha irmã, Sarah Nadim de Lazari. Sem a família, manancial de todas as benesses do homem, e porto-seguro dos bem-aventurados, nada é possível.

SUMÁRIO

Índice de perguntas.....	41
Apresentação da quarta edição.....	53
Apresentação da terceira edição.....	55
Apresentação da segunda edição.....	57
Apresentação da primeira edição.....	59
1. TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	61
1. Fontes do Direito Constitucional.....	62
2. Divisão do Direito Constitucional.....	62
3. Perspectivas do Direito Constitucional.....	63
4. Constitucionalismo.....	64
4.1. Considerações gerais sobre o fenômeno constitucionalista.....	64
4.2. Fases do constitucionalismo.....	66
4.2.1. Constitucionalismo antigo.....	67
4.2.2. Constitucionalismo clássico.....	71
4.2.3. Constitucionalismo moderno.....	74
4.2.4. Constitucionalismo contemporâneo (neoconstitucionalismo).....	76
4.2.5. Constitucionalismo do futuro.....	80
4.2.6. Novo constitucionalismo latino-americano.....	86
4.3. Evolução do constitucionalismo brasileiro.....	87
4.3.1. Constituição de 1824.....	88
4.3.2. Constituição de 1891.....	89

4.3.3. Constituição de 1934.....	90
4.3.4. Constituição de 1937.....	91
4.3.5. Constituição de 1946.....	92
4.3.6. Constituição de 1967 (mais emenda constitucional nº 1, de 1969).....	93
4.3.7. Constituição de 1988.....	94
5. Sinopse do capítulo.....	96

2. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO.....103

1. Elementos da Constituição.....	104
2. Concepções de Constituição.....	105
2.1. Concepção sociológica.....	106
2.2. Concepção política.....	106
2.3. Concepção jurídica.....	107
2.4. Concepção normativa.....	107
2.5. Concepção cultural.....	109
3. Classificações das Constituições.....	111
3.1. Classificação tradicional.....	111
3.1.1. Quanto ao conteúdo.....	112
3.1.2. Quanto à forma.....	112
3.1.3. Quanto à origem.....	112
3.1.4. Quanto à estabilidade.....	113
3.1.5. Quanto à extensão.....	115
3.1.6. Quanto à finalidade.....	116
3.1.7. Quanto ao modo de elaboração.....	118
3.1.8. Quanto à ideologia.....	118
3.2. Classificação ontológica.....	119
3.2.1. Constituição normativa.....	119
3.2.2. Constituição nominal.....	120
3.2.3. Constituição semântica.....	120
3.3. Classificação geral da Constituição brasileira de 1988.....	121
4. Sinopse do capítulo.....	121

3. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....127

1. Constituição como um sistema aberto de normas.....	127
---	-----

2. Normas constitucionais no tempo: vigência das normas	
constitucionais.....	128
2.1. Revogação.....	129
2.2. Desconstitucionalização.....	129
2.3. Recepção.....	130
2.4. Repristinação.....	131
2.5. Mutação constitucional.....	131
3. Normas constitucionais no espaço: aplicabilidade e eficácia	
das normas constitucionais.....	135
3.1. Classificação tradicional.....	136
3.1.1. Normas de eficácia plena.....	136
3.1.2. Normas de eficácia contida.....	137
3.1.3. Normas de eficácia limitada.....	138
3.2. Classificação contemporânea.....	140
4. Interpretação das normas constitucionais.....	141
4.1. Método hermenêutico clássico (ou jurídico).....	142
4.2. Método científico-espiritual (ou integrativo) (ou sociológico).....	143
4.3. Método tópico-problemático.....	143
4.4. Método hermenêutico-concretizador.....	144
4.5. Método normativo-estruturante.....	144
4.6. Método concretista da Constituição aberta.....	146
5. Diferenças entre regras, princípios e postulados normativos.....	147
5.1. Princípios.....	149
5.2. Regras.....	150
5.3. Postulados normativos.....	151
5.3.1. Postulado da interpretação conforme a Constituição.....	152
5.3.2. Postulado da presunção da constitucionalidade das leis.....	152
5.3.3. Postulado da unidade.....	153
5.3.4. Postulado do efeito integrador.....	154
5.3.5. Postulado da concordância prática.....	155
5.3.6. Postulado da relatividade.....	156
5.3.7. Postulado da força normativa.....	156
5.3.8. Postulado da máxima efetividade.....	156
5.3.9. Postulado da justeza (ou conformidade funcional).....	157
5.3.10. Postulado da proporcionalidade/razoabilidade.....	157

6. Interpretativismo (passivismo judicial) e não interpretativismo (ativismo judicial).....	161
7. Sinopse do capítulo.....	163
4. PODER CONSTITUINTE.....	171
1. Poder constituinte originário.....	173
1.1. Características do poder constituinte originário.....	173
1.2. Espécies de poder constituinte originário.....	177
1.3. Limites materiais ao poder constituinte originário.....	177
1.4. Titularidade/exercício de legitimidade.....	179
2. Poder constituinte derivado reformador.....	179
2.1. Características do poder constituinte reformador.....	180
2.2. Limitações ao poder constituinte derivado reformador.....	180
2.2.1. Limitações temporais.....	181
2.2.2. Limitações circunstanciais.....	181
2.2.3. Limitações formais.....	182
2.2.4. Limitações materiais.....	184
2.3. Titularidade/exercício de legitimidade.....	188
3. Poder constituinte derivado decorrente.....	188
3.1. Características do poder constituinte decorrente.....	189
3.2. Limites ao poder constituinte decorrente.....	189
3.2.1. Princípios constitucionais sensíveis.....	190
3.2.2. Princípios constitucionais extensíveis.....	190
3.2.3. Princípios constitucionais estabelecidos.....	191
3.3. Titularidade/exercício de legitimidade.....	192
4. Poder constituinte no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal, e dos Territórios.....	193
5. Poder constituinte revisor: revisão constitucional.....	194
6. Poder constituinte <i>supranacional</i>	198
7. Sinopse do capítulo.....	199
5. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	207
1. Supremacia da Constituição.....	208
2. Teoria geral do controle de constitucionalidade.....	209

2.1. Diferença entre parâmetro (norma de referência) e objeto para um controle de constitucionalidade.....	209
2.2. Formas de inconstitucionalidade.....	211
2.2.1. Quanto ao tipo de conduta praticada pelo poder público.....	211
2.2.2. Quanto à norma constitucional ofendida.....	212
2.2.3. Quanto à extensão.....	213
2.2.4. Quanto ao momento.....	214
2.2.5. Quanto ao prisma de apuração.....	214
2.3. Formas de controle de constitucionalidade.....	216
2.3.1. Quanto à competência jurisdicional (tal forma de controle somente se aplica ao Poder Judiciário).....	218
2.3.2. Quanto à finalidade do controle.....	219
2.3.3. Quanto ao momento.....	219
2.4. Formas de declaração de inconstitucionalidade.....	222
2.4.1. Quanto aos aspectos objetivo e subjetivo.....	222
2.4.2. Quanto ao aspecto temporal.....	222
2.4.3. Quanto à extensão da declaração.....	224
2.5. Inconstitucionalidade por arrastamento.....	226
2.6. Recurso extraordinário e controle de constitucionalidade.....	227
3. Controle difuso de constitucionalidade: noções introdutórias, objeto, parâmetro e efeitos.....	228
3.1. Possibilidade de utilização de ações coletivas (principalmente a ação civil pública) como meio de controle difuso.....	230
3.2. Provocação do controle difuso de constitucionalidade e competência para apreciação.....	230
3.3. Cláusula de reserva de plenário (art. 97, CF).....	231
3.4. Suspensão da execução da lei pelo Senado (art. 52, X, CF).....	233
4. Ações de controle concentrado em espécie.....	235
4.1. Ação direta de inconstitucionalidade.....	239
4.1.1. Criação.....	239
4.1.2. Legitimados.....	239
4.1.3. Competência e parâmetro.....	245
4.1.4. Objeto.....	247
4.1.5. Aspecto temporal.....	251
4.1.6. Procedimento, participação do Advogado-Geral da União, e participação do Procurador-Geral da República.....	251

4.1.7. Impossibilidade de desistência da ação direta de inconstitucionalidade protocolada.....	254
4.1.8. Impossibilidade de intervenção de terceiros e inexistência de prazo prescricional/decadencial.....	255
4.1.9. Efeito da medida cautelar e da decisão de mérito na ação direta de inconstitucionalidade.....	257
4.1.10. Efeito ambivalente.....	259
4.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	260
4.2.1. Criação.....	261
4.2.2. Legitimidade ativa e passiva.....	261
4.2.3. Procedimento, participação do Procurador-Geral da República, e inexigência de manifestação do Advogado-Geral da União.....	262
4.2.4. Competência.....	263
4.2.5. Parâmetro e objeto.....	264
4.2.6. Impossibilidade de desistência.....	266
4.2.7. Decisão e seus efeitos.....	266
4.3. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	268
4.3.1. Previsão e origem.....	269
4.3.2. Finalidade.....	270
4.3.3. Legitimidade.....	271
4.3.4. Competência.....	271
4.3.5. Parâmetro constitucional.....	271
4.3.6. Procedimento.....	273
4.3.7. Possibilidade de medida liminar.....	274
4.3.8. Decisão.....	275
4.3.9. Irrecorribilidade da decisão.....	275
4.4. Ação declaratória de constitucionalidade.....	275
4.4.1. Origem e polêmica inicial em torno da ação declaratória de constitucionalidade.....	276
4.4.2. Legitimação.....	277
4.4.3. Competência para apreciação.....	278
4.4.4. Requisito específico exigido para a ADC.....	278
4.4.5. Parâmetro, objeto e aspecto temporal.....	279
4.4.6. Procedimento, atuação do Procurador-Geral da República e inexigência de manifestação do Advogado-Geral da União.....	280
4.4.7. Efeito ambivalente.....	281

4.4.8. Impossibilidade de desistência.....	281
4.4.9. Impossibilidade de intervenção de terceiros.....	281
4.4.10. Medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade.....	282
4.4.11. Decisão definitiva em sede de ADC.....	283
4.5. Arguição por descumprimento de preceito fundamental.....	283
4.5.1. Origem.....	284
4.5.2. Parâmetro para a ADPF.....	284
4.5.3. Legitimação ativa.....	285
4.5.4. Competência para apreciação.....	286
4.5.5. Procedimento e principal nuança acerca da ADPF.....	286
4.5.6. Espécies.....	288
4.5.7. Objeto.....	289
4.5.8. Possibilidade de uma lei ou ato normativo municipal ter sua constitucionalidade apreciada pelo STF.....	290
4.5.9. Liminar em sede de ADPF.....	290
4.5.10. Decisão definitiva em sede de arguição por descumprimento de preceito fundamental.....	291
4.5.11. Impossibilidade de ação rescisória.....	291
4.5.12. Possibilidade de acordo em ADPF.....	292
5. Controle de convencionalidade.....	293
5.1. Contexto de validade.....	293
5.2. Espécies de controle.....	295
5.3. Primeira casuística: a suposta inconveniência da “Lei da Anistia”.....	299
5.4. Segunda casuística: a suposta inconveniência do crime de desacato.....	304
6. Sinopse do capítulo.....	306

6. PREÂMBULO CONSTITUCIONAL E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL..... 323

1. Preâmbulo da Constituição.....	327
1.1. Significado do preâmbulo.....	329
1.2. Preâmbulo nas Constituições anteriores.....	329
1.3. Tríplice função do preâmbulo.....	331

1.4. Natureza jurídica do preâmbulo.....	332
1.4.1. Primeira casuística: “sob a proteção de Deus” e a irrelevância jurídica do preâmbulo.....	334
1.4.2. Segunda casuística: preâmbulo e “princípio da solidariedade”.....	335
1.5. Preâmbulo e concepção cultural de Constituição.....	336
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.....	337
2.1. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	338
2.1.1. República Federativa do Brasil.....	338
2.1.2. Características da Federação brasileira.....	339
2.1.3. Estado democrático de direito.....	340
2.1.4. Soberania e soberania popular.....	342
2.1.5. Cidadania (direitos e deveres fundamentais).....	343
2.1.6. Dignidade da pessoa humana.....	346
2.1.7. Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.....	349
2.1.8. Pluralismo político.....	350
2.2. Poderes da República/Funções da República.....	350
2.2.1. Independência e harmonia.....	351
2.2.2. Funções típicas e atípicas do Poder Executivo.....	353
2.2.3. Funções típicas e atípicas do Poder Legislativo.....	353
2.2.4. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	354
2.2.5. Teoria dos freios e contrapesos.....	354
2.2.6. Poder moderador?.....	355
2.3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	356
2.3.1. Diferença entre fundamentos (art. 1º) e objetivos fundamentais (art. 3º) da República Federativa do Brasil.....	356
2.3.2. Construção de uma sociedade livre, justa e solidária.....	357
2.3.3. Garantia do desenvolvimento nacional.....	357
2.3.4. Erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.....	358
2.3.5. Promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.....	359
2.4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.....	360
2.4.1. Relação dos princípios internacionais e Estado Constitucional Cooperativo.....	360

2.4.2. Independência nacional.....	363
2.4.3. Prevalência dos direitos humanos.....	364
2.4.4. Autodeterminação dos povos.....	365
2.4.5. Não intervenção e defesa da paz.....	365
2.4.6. Igualdade entre os Estados.....	365
2.4.7. Solução pacífica dos conflitos.....	366
2.4.8. Repúdio ao terrorismo e ao racismo.....	366
2.4.9. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.....	367
2.4.10. Concessão de asilo e proteção dos refugiados.....	368
3. Sinopse do capítulo.....	373

7. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE..... 381

1. Teoria geral dos direitos fundamentais.....	381
1.1. Semelhanças e diferenças entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	382
1.2. Características dos direitos fundamentais.....	384
1.2.1. Historicidade.....	385
1.2.2. Universalidade.....	386
1.2.3. Inalienabilidade.....	391
1.2.4. Imprescritibilidade.....	392
1.2.5. Irrenunciabilidade.....	392
1.2.6. Inviolabilidade.....	393
1.2.7. Indivisibilidade.....	394
1.2.8. Interdependência.....	394
1.2.9. Inexauribilidade.....	394
1.3. Classificação constitucional dos direitos fundamentais.....	395
1.4. Classificação com base em Jellinek acerca dos direitos e garantias fundamentais.....	396
1.4.1. Direitos de defesa.....	396
1.4.2. Direitos prestacionais.....	396
1.4.3. Direitos de participação.....	396
1.5. Classificação do Caso Lüth: direitos objetivos e subjetivos.....	397
1.6. Gerações/dimensões de direitos fundamentais.....	399
1.6.1. Primeira dimensão: liberdade.....	400

1.6.2. Segunda dimensão: igualdade.....	403
1.6.3. Terceira dimensão: fraternidade.....	404
1.6.4. Outras dimensões de direitos fundamentais.....	404
1.7. Eficácia vertical, horizontal e diagonal de direitos fundamentais.....	406
1.7.1. Teoria da ineficácia horizontal (ou doutrina da State Action).....	407
1.7.2. Teoria da eficácia horizontal indireta.....	408
1.7.3. Teoria da eficácia horizontal direta.....	410
1.8. Limitações dos direitos fundamentais.....	411
1.8.1. Reserva legal simples.....	412
1.8.2. Reserva legal qualificada.....	412
1.8.3. Limites dos limites.....	412
1.8.4. Proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	413
1.8.5. Proporcionalidade.....	413
1.8.6. Proibição de restrições casuísticas.....	413
1.8.7. Colisão de direitos fundamentais (relação direitos-deveres).....	414
2. Primeira espécie de direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos.....	415
2.1. Direito à vida.....	416
2.1.1. Acepção dupla do direito à vida.....	417
2.1.2. Testemunhas de Jeová e transfusão de sangue.....	418
2.1.3. Eutanásia/ortotanásia.....	419
2.1.4. Aborto.....	420
2.1.5. Pesquisa com “células-tronco”.....	422
2.1.6. Fetos anencefálicos.....	422
2.1.7. Vedação à tortura.....	423
2.2. Direito à liberdade.....	424
2.2.1. Liberdade de consciência, de crença e de culto.....	425
2.2.2. Utilização de símbolos religiosos em locais públicos.....	426
2.2.3. Feriados religiosos.....	428
2.2.4. Escusa de consciência.....	428
2.2.5. Liberdade de locomoção.....	429
2.2.6. Liberdade de manifestação do pensamento.....	430
2.2.7. Liberdade de profissão.....	431
2.2.8. Liberdade de expressão.....	432
2.2.9. Direitos comunicativos.....	433
2.2.10. Liberdade de informação.....	434

2.2.11. Direito ao esquecimento.....	437
2.2.12. Liberdade de reunião e de associação.....	439
2.2.13. Protestos populares.....	439
2.3. Direito à igualdade.....	441
2.3.1. Igualdade formal e material.....	441
2.3.2. Igualdade, minorias e grupos vulneráveis.....	441
2.3.3. Igualdade e ações afirmativas.....	443
2.3.4. Igualdade de gênero.....	445
2.3.5. Proteção da pessoa com deficiência (com atenção para a Convenção de Nova Iorque, de 2007, e para o Tratado de Marraqueche, de 2013).....	445
2.3.6. População em situação de rua.....	450
2.4. Direito à segurança.....	452
2.5. Direito de propriedade.....	455
2.5.1. Função social da propriedade.....	455
2.5.2. Inviolabilidade do domicílio/conceito de “casa”/critérios para aferir a expressão “durante o dia”.....	456
2.5.3. Requisição da propriedade.....	458
2.5.4. Desapropriação da propriedade.....	459
2.5.5. Confisco da propriedade.....	460
2.5.6. Usucapião da propriedade (modalidades previstas na Constituição Federal).....	461
2.5.7. Propriedade intelectual.....	461
2.5.8. Direito de herança.....	464
2.6. Direitos da personalidade.....	464
2.6.1. Proteção da personalidade jurídica.....	465
2.6.2. Direito à privacidade.....	465
2.6.3. Honra, imagem e nome.....	466
2.6.4. Teoria das esferas/teoria dos círculos concêntricos.....	468
2.6.5. Direito de resposta e outros meios de proteção.....	468
2.6.6. Sigilo de correspondência, das comunicações telegráficas, de dados, e das comunicações telefônicas.....	469
2.6.7. Sigilo de dados e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	471
2.6.8. Diferenciação entre “gravação clandestina”, “interceptação telefônica” e “escuta telefônica”.....	474
2.6.9. Quebra de sigilo.....	476

2.7. Direitos de acesso à justiça.....	477
2.7.1. Duplo grau de jurisdição.....	479
2.7.2. Devido processo legal.....	479
2.7.3. Contraditório.....	480
2.7.4. Ampla defesa.....	480
2.7.5. Direito ao juiz natural/vedação a tribunal de exceção.....	482
2.7.6. Inadmissibilidade de provas ilícitas.....	482
2.7.7. Direito à publicidade dos atos processuais.....	484
2.7.8. Inafastabilidade do Poder Judiciário.....	484
2.7.9. Duração razoável do processo.....	485
2.7.10. Direito à ação penal privada subsidiária da pública.....	486
2.7.11. Defesa do consumidor.....	487
2.7.12. Direito de petição e direito de certidão.....	488
2.7.13. Direito ao tribunal do júri.....	489
2.7.14. Direito à assistência judiciária.....	491
2.8. Direitos constitucionais penais.....	491
2.8.1. Princípio da legalidade e irretroatividade da lei penal.....	491
2.8.2. Princípio da personalidade das penas.....	492
2.8.3. Princípio da individualização das penas.....	492
2.8.4. Princípio da presunção de inocência (ou presunção de não culpabilidade).....	492
2.8.5. Não produção de provas contra si mesmo.....	495
2.8.6. Vedação da prisão arbitrária.....	496
2.8.7. Direito ao tratamento digno quando da privação da liberdade.....	497
2.8.8. Excepcionalidade da prisão provisória.....	500
2.8.9. Juiz de garantias.....	501
2.8.10. Audiência de custódia.....	503
2.8.11. Crimes previstos na Constituição.....	504
2.8.12. Penas admitidas e vedadas pelo ordenamento pátrio.....	505
2.8.13. Revisão criminal.....	505
2.8.14. Uso de algemas.....	506
2.8.15. Demais direitos relacionados a prisões.....	507
2.9. Prisão civil do devedor de alimentos e proibição da prisão civil do depositário infiel.....	507
2.10. Aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais.....	508

2.11. Coexistência da Constituição Federal com princípios não consagrados na Lei Fundamental e com tratados internacionais de que o Brasil seja parte.....	509
2.12. A relação entre os tratados internacionais e o ordenamento pátrio.....	509
2.12.1. O processo convencional de incorporação dos tratados internacionais pelo ordenamento jurídico brasileiro.....	510
2.12.2. Valor dos tratados de direitos humanos na Constituição Federal: princípio da primazia dos direitos humanos.....	511
2.12.3. A posição hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, §2º, da Constituição Federal: hierarquia supralegal.....	512
2.12.4. Tratados “equivalentes a emendas constitucionais”.....	513
2.13. Tribunal Penal Internacional.....	513
2.13.1. Contexto histórico e adesão pelo Brasil.....	514
2.13.2. Aspiraões do TPI.....	515
2.13.3. Competência.....	515
2.13.4. Entrega/“surrender”.....	518
3. Segunda espécie de direitos fundamentais: direitos sociais.....	519
3.1. Finalidade dos direitos sociais.....	519
3.2. Eficácia dos direitos sociais e o “fator custo”.....	519
3.3. Dirigencialismo constitucional e direitos sociais.....	521
3.4. Possibilidade de intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais.....	524
3.4.1. Argumentos favoráveis.....	524
3.4.2. Argumentos contrários.....	525
3.5. Reserva do possível.....	526
3.5.1. Contexto e surgimento.....	526
3.5.2. Conceito.....	528
3.6. Mínimo existencial.....	530
3.6.1. Fundamento e conteúdo.....	530
3.6.2. Mínimo existencial e mínimos constitucionais.....	531
3.7. Vedação/proibição do retrocesso social.....	533
3.8. Direitos sociais em espécie.....	534
3.8.1. Direito à educação.....	536
3.8.2. Direito à saúde.....	537
3.8.3. Direito à alimentação.....	539

3.8.4. Direito ao trabalho e seus desdobramentos.....	539
3.8.4.1. Liberdade de escolha.....	540
3.8.4.2. Condições justas e favoráveis de trabalho.....	541
3.8.4.3. Remuneração laboral justa e suficiente.....	542
3.8.4.4. Férias e limitação do horário de trabalho.....	542
3.8.4.5. Saúde e segurança no trabalho.....	543
3.8.4.6. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais explicitamente consagrados.....	543
3.8.4.7. Questões a serem observadas na livre associação sindical ou profissional.....	548
3.8.4.8. Direito de greve dos trabalhadores.....	549
3.8.5. Direito à moradia.....	550
3.8.6. Direito ao transporte.....	550
3.8.7. Direito ao lazer.....	551
3.8.8. Direito à segurança.....	552
3.8.9. Direito à previdência social.....	554
3.8.10. Proteção à maternidade e à infância.....	555
3.8.11. Assistência aos desamparados.....	556
4. Terceira espécie de direitos fundamentais: direitos da nacionalidade.....	557
4.1. Espécies de nacionalidade.....	558
4.2. Polipátrida e apátrida.....	558
4.3. Modos de aquisição da nacionalidade (considerando a nacionalidade originária).....	559
4.4. Brasileiros natos.....	560
4.5. Brasileiros naturalizados.....	566
4.6. “Quase nacionalidade” (portugueses equiparados).....	570
4.7. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.....	570
4.8. Perda da nacionalidade.....	572
4.9. Língua portuguesa e símbolos da República Federativa do Brasil.....	574
4.9.1. Bandeira Nacional.....	575
4.9.2. Hino Nacional.....	576
4.9.3. Armas Nacionais.....	576
4.9.4. Selo Nacional.....	576
4.10. Extradicação.....	577
4.11. Deportação.....	582
4.12. Expulsão.....	583

5. Quarta espécie de direitos fundamentais: direitos políticos.....	584
5.1. Cidadão.....	585
5.2. Exercício da soberania nacional.....	586
5.2.1. Plebiscito.....	586
5.2.2. Referendo.....	587
5.2.3. Iniciativa popular.....	587
5.3. Sufrágio.....	588
5.4. Voto.....	588
5.5. Escrutínio.....	590
5.6. Espécies (modalidades) de direitos políticos.....	590
5.7. Direitos políticos positivos.....	591
5.7.1. Alistabilidade/inalistabilidade.....	591
5.7.2. Elegibilidade.....	594
5.7.3. Condições de elegibilidade.....	594
5.7.4. Idades mínimas para exercer um mandato eletivo.....	597
5.8. Direitos políticos negativos.....	597
5.8.1. Espécies de inelegibilidade: inelegibilidades absolutas.....	598
5.8.2. Espécies de inelegibilidade: inelegibilidades relativas.....	598
5.8.3. Suspensão ou perda dos direitos políticos.....	604
5.9. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	607
5.10. Aspecto temporal da lei eleitoral.....	607
5.11. Partidos políticos.....	608
5.11.1. Natureza jurídica e registro dos partidos políticos.....	608
5.11.2. Preceitos de observância obrigatória.....	609
5.11.3. Autonomia organizacional dos partidos políticos, recursos do fundo partidário e acesso gratuito a rádio e televisão.....	611
5.11.4. Legitimidade ativa dos partidos políticos.....	614
6. Sinopse do capítulo.....	614
8. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	657
1. Habeas corpus.....	658
1.1. Surgimento.....	658
1.2. Natureza jurídica.....	658
1.3. Espécies.....	659
1.4. Legitimidade ativa.....	662
1.5. Legitimidade passiva.....	664

1.6. Hipóteses de coação ilegal.....	664
1.7. Competência para apreciação.....	666
1.8. Procedimento.....	667
1.9. Algumas considerações finais.....	668
2. Mandado de segurança individual.....	670
2.1. Surgimento.....	671
2.2. Natureza jurídica.....	671
2.3. Espécies.....	673
2.4. Legitimidade ativa.....	673
2.5. Legitimidade passiva.....	674
2.6. Competência.....	675
2.7. Procedimento.....	675
2.8. Algumas considerações finais.....	676
3. Mandado de segurança coletivo.....	678
3.1. Considerações gerais.....	678
3.2. Natureza jurídica.....	679
3.3. Objeto.....	679
3.4. Regras do mandado de segurança individual.....	681
3.5. Legitimidade ativa dos partidos políticos.....	681
3.6. Legitimidade ativa das organizações sindicais, entidades de classe ou associação.....	682
3.7. Legitimidade ativa do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	682
3.8. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	683
3.9. Algumas considerações finais.....	683
4. Mandado de injunção individual.....	684
4.1. Surgimento.....	684
4.2. Natureza jurídica.....	686
4.3. Legitimidade ativa.....	686
4.4. Legitimidade passiva.....	687
4.5. Competência.....	687
4.6. Procedimento.....	688
4.7. Diferença do mandado de injunção para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	689
4.8. Efeitos da decisão concedida em sede de mandado de injunção.....	690
4.9. Algumas considerações finais.....	695

5. Mandado de injunção coletivo.....	696
5.1. Considerações gerais e regras do mandado de injunção individual.....	696
5.2. Legitimidade ativa.....	696
5.3. Coisa julgada no mandado de injunção coletivo.....	698
5.4. Algumas considerações finais.....	698
6. Habeas data.....	699
6.1. Surgimento.....	699
6.2. Natureza jurídica.....	700
6.3. Legitimidade ativa.....	701
6.4. Legitimidade passiva.....	701
6.5. Competência.....	702
6.6. Procedimento.....	702
6.7. Algumas considerações finais.....	703
7. Ação popular.....	703
7.1. Surgimento.....	704
7.2. Natureza jurídica.....	704
7.3. Legitimidade ativa.....	705
7.4. Legitimidade passiva.....	706
7.5. Competência.....	706
7.6. Controle do mérito do ato administrativo por meio da ação popular.....	707
7.7. Art. 18, da “Lei da Ação Popular”.....	709
7.8. Algumas considerações finais.....	709
8. Ação Civil Pública.....	710
8.1. Considerações iniciais.....	711
8.2. A ação civil pública e o microsistema processual coletivo.....	712
8.3. Hipóteses de cabimento.....	713
8.4. Hipóteses de não cabimento da ação civil pública.....	714
8.5. Objeto.....	714
8.6. Competência.....	715
8.7. Legitimidade ativa.....	716
8.8. Legitimidade passiva.....	719
8.9. Possibilidade de utilização da ação civil pública como meio de controle difuso de constitucionalidade e como meio de controle de políticas públicas.....	719
8.10. Art. 16, da “Lei da Ação Civil Pública”.....	720

8.11. Algumas considerações finais.....	722
9. Sinopse do capítulo.....	723
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	739
1. Teoria geral da organização do Estado.....	740
1.1. Formas de governo.....	741
1.2. Sistemas de governo.....	741
1.3. Formas de Estado.....	742
1.4. Tipos de federalismo.....	746
1.5. Principais características da Federação brasileira.....	748
2. Organização político-administrativa e entes federativos.....	749
2.1. União.....	749
2.1.1. Bens da União.....	750
2.1.2. Competência administrativa da União.....	751
2.2. Estados federados.....	756
2.2.1. Bens dos Estados.....	756
2.2.2. Possibilidade de terem os Estados suas próprias Constituições.....	757
2.2.3. Possibilidade dos Estados incorporarem-se entre si, subdividirem-se ou desmembrarem-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios federais.....	757
2.2.4. Algumas nuances em relação aos Estados.....	760
2.3. Municípios.....	764
2.3.1. A posição histórico-constitucional e a discussão acerca de serem os Municípios entes federativos.....	764
2.3.2. Possibilidade de terem os Municípios suas “Constituições municipais”.....	767
2.3.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.....	773
2.3.4. Fiscalização do Município.....	776
2.4. Distrito Federal.....	777
2.4.1. Natureza jurídica do Distrito Federal.....	777
2.4.2. Lei orgânica do DF e impossibilidade de divisão em Municípios.....	779
2.5. Territórios.....	780

2.5.1. Natureza jurídica dos Territórios.....	781
2.5.2. Representatividade e fiscalização dos Territórios.....	781
2.5.3. Possibilidade de divisão dos Territórios em Municípios.....	782
2.5.4. Considerações finais acerca dos Territórios.....	782
3. Competências dos entes federativos.....	783
3.1. Vedações comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	784
3.2. Repartição de competências e o princípio da predominância do interesse.....	787
3.3. Princípio da simetria constitucional.....	788
3.4. Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	788
3.5. Competência legislativa concorrente da União, dos Estados, e do Distrito Federal.....	790
3.6. Competência legislativa privativa da União.....	793
3.7. Competência residual dos Estados.....	795
3.8. Competência dos Municípios.....	796
3.9. Competência legislativa do Distrito Federal.....	797
4. Intervenção.....	797
4.1. Intervenção federal.....	798
4.2. Intervenção estadual.....	806
4.3. Disposições comuns para as intervenções federal e estadual.....	808
5. Administração Pública.....	810
5.1. Disposições gerais.....	811
5.1.1. Conceito de Administração Pública.....	811
5.1.2. Atividade administrativa.....	812
5.1.3. Administração direta e indireta.....	812
5.1.4. Ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.....	813
5.1.5. Investidura em cargo ou emprego público.....	814
5.1.6. Prazo de validade do concurso público.....	816
5.1.7. Contratação pela Administração Pública de obras, serviços, compras e alienações.....	816
5.1.8. Alguns princípios aplicáveis à Administração Pública.....	817
5.2. Servidores públicos.....	824
5.2.1. Direito à livre associação sindical.....	825
5.2.2. Direito de greve.....	825
5.2.3. Algumas nuances atinentes à remuneração de pessoal de serviço público.....	826

5.2.4. Fixação dos padrões de vencimento do sistema remuneratório do servidor público e outras nuances.....	827
5.2.5. Regime próprio e aposentadoria.....	828
5.2.6. Possibilidade de adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria.....	830
5.2.7. Possibilidade de cumulação de aposentadorias.....	831
5.2.8. Disposições aplicáveis aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo.....	832
5.2.9. Estabilidade.....	833
5.3. Militares dos Estados, do Distrito Federal, e dos Territórios.....	836
6. Responsabilidade civil do Estado.....	836
6.1. Agentes estatais que serão responsáveis civilmente.....	837
6.2. Responsabilidade por ação e responsabilidade por omissão.....	838
6.3. Direito de regresso por parte do Estado.....	839
7. Regiões.....	840
8. Questões finais sobre organização do Estado.....	841
9. Sinopse do capítulo.....	845

10. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA..... 863

1. Poder Legislativo.....	865
1.1. Câmara dos Deputados.....	867
1.1.1. Requisitos objetivos para ser Deputado.....	872
1.1.2. Competência privativa da Câmara dos Deputados.....	872
1.1.3. Bancada de Deputados.....	875
1.2. Senado.....	878
1.2.1. Requisitos objetivos para ser Senador.....	880
1.2.2. Competência privativa do Senado.....	881
1.3. Congresso Nacional.....	886
1.3.1. Reunião do Congresso Nacional.....	886
1.3.2. Atribuições do Congresso Nacional.....	889
1.3.3. Competência exclusiva do Congresso Nacional.....	890
1.4. Garantias e privilégios dos Deputados e Senadores.....	891
1.4.1. Imunidade material.....	892

1.4.2. Imunidade formal (em relação à prisão e em relação ao processo).....	894
1.4.3. Privilégio de foro por prerrogativa de função.....	898
1.4.4. Inviolabilidade profissional.....	901
1.4.5. Serviço militar obrigatório.....	902
1.4.6. Subsistência das imunidades.....	902
1.5. Restrições a Deputados e Senadores.....	903
1.5.1. Desde a expedição do diploma.....	904
1.5.2. Desde a posse.....	904
1.5.3. Perda do mandato do parlamentar.....	904
1.5.4. Manutenção do mandato do parlamentar.....	908
1.6. Comissões Parlamentares.....	909
1.6.1. Comissões permanentes.....	910
1.6.2. Comissões temporárias.....	910
1.6.3. Comissão parlamentar de inquérito.....	910
1.6.4. Comissão representativa.....	915
1.7. Processo legislativo.....	915
1.7.1. Uma lei que disciplina a criação de leis.....	916
1.7.2. Procedimento legislativo ordinário.....	917
1.7.3. Procedimento legislativo sumário.....	930
1.7.4. Procedimento legislativo especial.....	932
1.7.5. Espécies normativas.....	932
1.7.6. Emenda à Constituição Federal.....	933
1.7.7. Leis complementares e ordinárias.....	934
1.7.8. Lei delegadas, decretos legislativos, resoluções.....	936
1.7.9. Medidas provisórias.....	938
1.8. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	946
1.8.1. Tribunal de Contas da União e suas atribuições.....	947
1.8.2. Composição do Tribunal de Contas da União e requisitos para ser Ministro.....	950
1.8.3. Modo de escolha dos Ministros do TCU.....	951
1.8.4. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas.....	952
1.8.5. Controle interno.....	952
2. Poder Executivo.....	953
2.1. Eleições para Presidente e Vice-Presidente da República.....	955

2.2. Posse do Presidente da República e do Vice-Presidente da República e compromisso assumido.....	956
2.3. Impedimento e vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.....	957
2.4. Atribuições do Presidente da República e possibilidade de delegação.....	963
2.4.1. Funções de chefia de Governo.....	963
2.4.2. Funções de chefia de Estado.....	967
2.4.3. Funções mistas.....	969
2.4.4. Possibilidade de delegação.....	972
2.5. Responsabilidades do Presidente da República.....	972
2.5.1. Responsabilidade do Presidente da República pela prática de crime comum.....	973
2.5.1.1. Autorização da Câmara dos Deputados.....	974
2.5.1.2. Julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.....	974
2.5.2. Responsabilidade do Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade.....	976
2.5.2.1. Procedimento e outras questões.....	979
2.5.2.2. Condenação e “fatiamento” do impeachment.....	984
2.6. Responsabilidades dos Governadores e Prefeitos.....	985
2.7. Imunidades do Presidente da República.....	988
2.8. Ministros de Estado.....	991
2.9. Conselho da República.....	992
2.9.1. Composição.....	992
2.9.2. Atribuições.....	993
2.10. Conselho da Defesa Nacional.....	993
2.10.1. Composição.....	993
2.10.2. Atribuições.....	993
3. Poder Judiciário.....	994
3.1. Disposições gerais.....	998
3.1.1. Princípios de observância obrigatória no Estatuto da Magistratura.....	998
3.1.2. Quinto constitucional.....	1004
3.1.3. Garantias gozadas pelos Juízes.....	1006
3.1.4. Vedações impostas aos Juízes.....	1009
3.1.5. Precatórios.....	1012
3.2. Órgãos do Poder Judiciário.....	1021

3.3. Supremo Tribunal Federal.....	1023
3.3.1. Composição.....	1023
3.3.2. Requisitos para ser Ministro do Supremo Tribunal Federal.....	1024
3.3.3. Forma de escolha dos Ministros do STF/“sabatina”.....	1025
3.3.4. Competência de julgamento do STF.....	1026
3.3.4.1. Competências originárias.....	1026
3.3.4.2. Competências ordinárias.....	1030
3.3.4.3. Competências extraordinárias.....	1030
3.3.5. Súmula vinculante.....	1032
3.3.5.1. Revisão/cancelamento de súmula.....	1034
3.3.5.2. Reclamação constitucional.....	1036
3.3.5.3. Súmulas editadas (até o fechamento desta edição).....	1037
3.4. Conselho Nacional de Justiça.....	1042
3.4.1. Composição.....	1043
3.4.2. Competência.....	1052
3.5. Superior Tribunal de Justiça.....	1056
3.5.1. Composição.....	1057
3.5.2. Requisitos para ser Ministro do “Tribunal da Cidadania”.....	1057
3.5.3. Forma de escolha do Ministro do STJ.....	1058
3.5.4. Competência de julgamento do STJ.....	1059
3.5.4.1. Competências originárias.....	1059
3.5.4.2. Competências ordinárias.....	1061
3.5.4.3. Competências extraordinárias.....	1062
3.5.5. Órgãos que funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça.....	1063
3.6. Tribunais Regionais Federais e Juízes federais.....	1064
3.6.1. Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1064
3.6.2. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	1065
3.6.2.1. Competências originárias.....	1065
3.6.2.2. Competência recursal.....	1066
3.6.3. Nova configuração dos Tribunais Regionais Federais.....	1066
3.6.4. Competência dos Juízes federais.....	1067
3.6.5. Incidente de deslocamento de competência.....	1070
3.7. Tribunais e Juízes do Trabalho.....	1074
3.7.1. Composição do Tribunal Superior do Trabalho e sua competência.....	1074

3.7.2. Órgãos que funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho.....	1075
3.7.3. Composição dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1076
3.7.4. Nuanças acerca dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	1076
3.7.5. Composição das Varas do Trabalho.....	1077
3.7.6. Competência da Justiça do Trabalho.....	1078
3.8. Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1079
3.8.1. Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	1080
3.8.2. Composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	1081
3.8.3. Questões finais sobre a Justiça Eleitoral.....	1081
3.9. Tribunais e Juízes Militares.....	1082
3.9.1. Justiça Militar da União e Justiça Militar dos Estados.....	1082
3.9.2. Composição do Superior Tribunal Militar.....	1084
3.10. Tribunais e Juízes dos Estados.....	1086
4. Funções essenciais à justiça.....	1092
4.1. Ministério Público.....	1092
4.1.1. Órgãos formadores do Ministério Público.....	1093
4.1.2. Princípios institucionais.....	1098
4.1.3. Garantias.....	1100
4.1.4. Vedações.....	1101
4.1.5. Funções institucionais.....	1104
4.1.6. Investigação pelo Ministério Público.....	1105
4.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1107
4.1.7.1. Atribuições do CNMP.....	1108
4.1.7.2. Corregedoria.....	1109
4.1.7.3. Órgãos.....	1109
4.1.7.4. Algumas diferenças entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça.....	1110
4.2. Advocacia-Geral da União.....	1111
4.2.1. Componentes da Advocacia-Geral da União.....	1112
4.2.2. Chefe da Advocacia-Geral da União e forma de nomeação.....	1112
4.2.3. Forma de ingresso na Advocacia- Geral da União.....	1113
4.3. Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	1113
4.3.1. Ingresso no cargo.....	1114
4.3.2. Estabilidade.....	1114

4.4. Advogado.....	1115
4.5. Defensoria Pública.....	1116
4.5.1. Ingresso na carreira e autonomias.....	1118
4.5.2. Princípios institucionais.....	1119
4.5.3. Art. 98, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	1119
5. Sinopse do capítulo.....	1121

11. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 1155

1. Estado de defesa e estado de sítio.....	1155
1.1. Estado de defesa.....	1157
1.1.1. Finalidade.....	1159
1.1.2. Forma de decretação.....	1161
1.1.3. Restrições que podem ser estabelecidas durante o estado de defesa.....	1161
1.1.4. Garantias vigentes no estado de defesa.....	1164
1.2. Estado de sítio.....	1165
1.2.1. Hipóteses de decretação.....	1167
1.2.2. Forma de decretação.....	1169
1.2.3. Medidas que poderão ser tomadas contra as pessoas durante a vigência do estado de sítio decretado com base em comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia da medida tomada durante o estado de defesa.....	1170
1.2.4. Medidas que poderão ser tomadas contra as pessoas durante a vigência do estado de sítio decretado com base em declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.....	1173
1.3. Aspectos finais comuns ao estado de defesa e ao estado de sítio.....	1174
2. Forças Armadas.....	1176
2.1. Nuanças pertinentes às Forças Armadas.....	1182
2.2. Obrigatoriedade do serviço militar.....	1186
2.3. Não obrigatoriedade do serviço militar em tempos de paz.....	1188
3. Segurança pública.....	1188
3.1. Órgãos que compõem a estrutura da segurança pública.....	1190

3.2. Polícia Federal.....	1190
3.3. Polícia Rodoviária Federal.....	1191
3.4. Polícia Ferroviária Federal.....	1191
3.5. Polícias Cíveis.....	1191
3.6. Polícias Militares.....	1192
3.7. Corpos de Bombeiros Militares.....	1193
3.8. Polícia Penal.....	1193
4. Guardas Municipais.....	1195
5. Segurança viária.....	1196
6. Sinopse do capítulo.....	1196

12. TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS..... 1205

1. Sistema tributário nacional.....	1206
1.1. Espécies tributárias.....	1206
1.1.1. Impostos.....	1207
1.1.2. Taxas.....	1208
1.1.3. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.....	1210
1.1.4. Empréstimos compulsórios.....	1211
1.1.5. Contribuições sociais da seguridade social, contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, e contribuições de intervenção no domínio econômico.....	1213
1.2. Princípios constitucionais tributários.....	1215
1.2.1. Princípio da legalidade tributária.....	1215
1.2.2. Princípio da igualdade tributária.....	1217
1.2.3. Princípio da capacidade contributiva.....	1217
1.2.4. Princípio da irretroatividade da lei tributária.....	1218
1.2.5. Princípio da anterioridade.....	1219
1.2.6. Princípio da não cumulatividade.....	1222
1.2.7. Princípio da vedação do confisco.....	1222
1.2.8. Princípio da seletividade.....	1223
1.2.9. Princípio da liberdade de tráfego.....	1223
1.3. Imunidades tributárias (vigentes apenas para impostos).....	1224
1.3.1. Imunidade recíproca.....	1225
1.3.2. Imunidade dos templos.....	1226

1.3.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	1227
1.3.4. Imunidade dos livros, jornais e periódicos.....	1228
1.3.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas.....	1230
1.4. Vedações à União em matéria tributária.....	1232
1.5. Vedações aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em matéria tributária.....	1234
1.6. Impostos e competências dos entes federativos para instituí-los.....	1235
1.6.1. Impostos da União.....	1235
1.6.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	1237
1.6.3. Impostos dos Municípios.....	1238
1.7. Repartição constitucional de receitas tributárias.....	1239
1.7.1. A União entregará.....	1240
1.7.2. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal.....	1244
1.7.3. Pertencem aos Municípios.....	1245
2. Finanças públicas.....	1248
2.1. Alguns princípios aplicáveis aos orçamentos públicos.....	1248
2.2. Matérias legisladas.....	1251
2.3. Matérias que serão estabelecidas por leis de iniciativa do Poder Executivo.....	1252
2.4. Vedações em matéria de orçamentos.....	1255
2.5. Banco Central do Brasil.....	1257
3. Sinopse do capítulo.....	1258

13. ORDENS ECONÔMICA E FINANCEIRA..... 1273

1. Princípios norteadores da atividade econômica.....	1275
1.1. Soberania nacional.....	1275
1.2. Propriedade privada.....	1276
1.3. Função social da propriedade.....	1277
1.4. Livre concorrência.....	1278
1.5. Defesa do consumidor.....	1279
1.6. Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.....	1280

1.7. Redução das desigualdades sociais e regionais.....	1281
1.8. Busca do pleno emprego.....	1282
1.9. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.....	1282
2. Formas de intervenção estatal nas ordens econômica e financeira.....	1283
2.1. Exploração de atividade econômica pelo Estado (intervenção direta atípica).....	1283
2.2. Prestação de serviços públicos pelo Estado (intervenção direta típica).....	1284
2.3. O Estado como regulador da atividade econômica (intervenção indireta).....	1285
2.4. Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica (intervenção estatal por monopólios).....	1286
2.5. Monopólios da União (intervenção estatal por monopólios).....	1287
2.6. Complemento: Lei nº 13.874/2019 - “Lei da Liberdade Econômica”.....	1289
3. Política urbana.....	1292
3.1. Plano diretor.....	1293
3.2. Função social da propriedade urbana.....	1293
3.3. Usucapião constitucional do imóvel urbano (usucapião especial urbano).....	1295
4. Política agrícola e fundiária e da reforma agrária.....	1296
4.1. Função social da propriedade rural.....	1297
4.2. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1298
4.3. Usucapião constitucional do imóvel rural (usucapião especial rural).....	1300
5. Sistema financeiro nacional.....	1301
6. Sinopse do capítulo.....	1301
14. ORDEM SOCIAL.....	1309
1. Base e objetivos da ordem social.....	1310
1.1. Base da ordem social: o primado do trabalho.....	1310
1.2. Objetivos da ordem social: bem-estar social e justiça social.....	1311
2. Seguridade social.....	1312
2.1. Objetivos da seguridade social.....	1312
2.2. Componentes da seguridade social.....	1314

2.2.1. Saúde.....	1314
2.2.2. Previdência social.....	1316
2.2.3. Assistência social.....	1318
3. Educação.....	1319
3.1. Princípios que movem o ensino.....	1320
3.2. Dever do Estado com a educação.....	1321
3.2.1. Participação dos entes federativos na oferta de educação.....	1322
3.2.2. Homeschooling (ensino doméstico) e dever do Estado com a educação.....	1322
3.2.3. Dever do Estado com o ensino religioso e laicidade estatal.....	1323
3.2.4. Participação da iniciativa privada.....	1325
3.3. Universidades.....	1326
3.4. Plano Nacional de Educação.....	1326
4. Cultura.....	1327
4.1. Plano Nacional de Cultura.....	1329
4.2. Sistema Nacional de Cultura.....	1330
4.3. Patrimônio cultural brasileiro.....	1330
5. Desporto.....	1332
6. Ciência, tecnologia e inovação.....	1334
6.1. Nuanças constitucionais pertinentes à ciência, tecnologia e inovação.....	1335
6.2. Colaboração entre esfera pública e esfera privada.....	1336
7. Comunicação social.....	1337
7.1. Princípios que regem a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão.....	1338
7.2. Propriedade de empresa de comunicação social.....	1340
7.3. Concessão/permissão/autorização para serviço de comunicação.....	1340
7.4. Conselho de Comunicação Social.....	1341
8. Meio ambiente.....	1341
8.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	1344
8.2. Bem de uso comum do povo.....	1346
8.3. Competência para proteger e preservar o meio ambiente.....	1346
8.4. Princípio da cooperação intergeracional.....	1347
8.5. Incumbências do Poder Público na preservação ambiental.....	1347
8.6. Responsabilidade por dano ambiental.....	1348

8.7. Ecossistemas protegidos.....	1349
9. Família.....	1349
9.1. Proteção contra a interferência estatal no âmbito familiar e igualdade na tomada de decisões.....	1351
9.2. União homoafetiva.....	1352
9.3. Divórcio direto.....	1353
9.4. Obrigação ao amor?.....	1354
10. Criança, adolescente e jovem.....	1355
10.1. Doutrina da proteção integral e princípio do superior interesse (ou da absoluta prioridade).....	1355
10.2. Igualdade entre filhos.....	1358
10.3. Pais e filhos: uma “via de mão dupla”.....	1358
10.4. Estatuto da Juventude e Plano Nacional de Juventude.....	1359
10.5. Algumas questões sobre criança, adolescente e jovem.....	1360
11. Idoso.....	1362
12. Índios.....	1365
12.1. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1366
12.2. Raposa Serra do Sol.....	1367
12.3. Legitimidade para a defesa de seus interesses.....	1369
13. Sinopse do capítulo.....	1370

REFERÊNCIAS E OUTRAS FONTES.....	1385
---	-------------

A estruturação deste livro visa à facilitação da compreensão do direito constitucional, sem o objetivo reducionista de simplificá-lo, contudo. Não se pretende “enganar” o leitor com o argumento de que o direito constitucional é algo de fácil entendimento, quando na verdade não o é. Por outro lado, não se deve promover seus institutos pela fixação forçada de conceitos que certamente se esvairão da cabeça de quem os grava pelo efeito do tempo. O que se pretende, isso sim, é estimular a compreensão do direito constitucional por um enfoque crítico que alie previsão legal, complementação legislativa e implementação jurisprudencial, sem se esquecer do contexto fático em que este arcabouço está inserido. Isto posto, foi o livro dividido em quatorze partes fundamentais, seguindo uma tônica sistemática da ciência:

1. TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL 2. TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO 3. **TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL** 4. PODER CONSTITUINTE 5. **CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE** 6. PREÂMBULO CONSTITUCIONAL E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 7. **TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E ESPÉCIES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS** 8. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS 9. **ORGANIZAÇÃO DO ESTADO** 10. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 11. **DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS** 12. TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS 13. **ORDENS ECONÔMICA E FINANCEIRA** 14. ORDEM SOCIAL.



ISBN 978-65-5059-086-4

